

# ASSENTAMENTOS RURAIS: CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS NO MARANHÃO

José Sampaio de Mattos Junior<sup>1</sup>  
Antonio Nivaldo Hespanhol<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Para iniciar esse texto é importante reconhecer o assentamento como território para a compreensão tanto das relações internas como das relações que vão sendo construídas em nível local, regional e nacional.

Para isso, faz-se necessário recorrer a autores que podem contribuir com o conceito de território e, a partir dessas reflexões, evidenciar elementos que tornaram possível a proposição da relação entre assentamentos rurais e território.

Fernandes (2005, p. 8) avança no estudo sobre a temática, estabelecendo uma relação entre conflitualidade e território, afirmando que a transformação dos espaços em território se dá pela conflitualidade. E chama a atenção para a relação entre os movimentos sociais e os processos de territorialização, construindo um conceito geográfico para explicar os processos ligados à construção e destruição de territórios.

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se e promovem espacialidade. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização.

Continuando a reflexão de Fernandes (2006, p. 28) sobre a territorialização e a desterritorialização, há de se perceber que:

A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do

---

<sup>1</sup> Professor Doutor do Depto de História e Geografia da UEMA. [Sampaio.uema@gmail.com](mailto:Sampaio.uema@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP/FCT [nhespanhol@gmail.com](mailto:nhespanhol@gmail.com)

processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização-desterritorialização- reterritorialização.

Por isso, quando há uma desapropriação de uma grande propriedade, significa dizer que há uma desterritorialização de uma estrutura produtiva que estava intrinsecamente ligada ou à monocultura ou à pecuária extensiva e ao mesmo tempo ocorre uma territorialização do pequeno produtor através da criação dos assentamentos rurais. O que não quer dizer que se desterritorializará a estrutura industrial de venda de implementos agrícolas, insumos e todo aparato que se relaciona com o pacote tecnológico.

Pode-se correlacionar esse fato com a criação e a consolidação dos assentamentos, na medida em que se analisa o PROCERA como um programa que tinha como objetivo incorporar, através de um pacote tecnológico, áreas ao processo produtivo, incentivando a produção de culturas de mercado e o estabelecimento de novas atividades produtivas, principalmente, nas áreas com incidência de moradores antigos. Esse processo também pode ser considerado como uma forma de sobreposição de sistemas produtivos.

Diante do exposto, acredita-se que a categoria território concebida por Moraes para caracterizar a instalação de uma dinâmica do sistema colonial pode se aplicar para se analisar as correlações de forças estabelecidas no incentivo de projetos produtivos nos assentamentos na medida em que se percebe uma relação entre a incorporação do espaço colonial à vida econômica européia e a incorporação das áreas anteriormente desconectadas do sistema produtivo nacional.

Neves (1999, p. 11) chama a atenção para a relação estabelecida entre os diversos atores sejam eles políticos ou econômicos, destacando que:

[...] no estudo de assentamento rural, isto é, da construção de assentamento enquanto unidade territorial e do assentado enquanto produtor agrícola, isto é, agente político econômico, algumas condições de viabilidade devem ser consideradas. Essas condições de possibilidade devem ser pensadas articuladamente à compreensão dos planos de organização dos princípios de filiação, de modo a revelar, como já ensina Geertz (1983), os que alcançam formas hegemônicas e se expressam pela abrangência incluidora.

Neves, a partir desses princípios, evidencia o assentamento com “a” maiúsculo como uma unidade espacial se o mesmo se apresentasse como território de investimentos orientado pela redistribuição fundiária e pela descentralização de recursos públicos e serviços sociais.

Isso significa que sem investimentos sociais e distribuição de recursos que possam garantir a possibilidade de fixação do homem no campo, ou seja, sem uma estrutura social e produtiva baseada na pequena propriedade, que se pudesse contrapor à estrutura anterior, não se teria como visualizar um território propriamente dito dos beneficiários da reforma agrária.

Esse fator poderia explicar o abandono do lote, por várias famílias, que não conseguiram, devido às péssimas condições da área e de dificuldade ao acesso à infraestrutura produtiva e social, iniciar o seu processo produtivo e, conseqüentemente, não se teria a territorialização dos beneficiários da reforma agrária.

A partir do momento da criação de um assentamento, haveria um território que poderia ser uma fazenda ou duas, ou minifúndios, ou terras devolutas ou ainda parte de uma grande propriedade que no processo de desapropriação passa automaticamente para o controle do Estado.

O estabelecimento do número de famílias a serem assentadas passará necessariamente pela análise da capacidade da área em oferecer condições para a sustentabilidade social, econômica, política e ambiental dentro de um limite definido para a realização do seu processo produtivo.

Quando se fala em limite do processo produtivo é porque será dentro dessa área do assentamento que os trabalhadores rurais terão seus projetos para cultivo e criação a serem contemplados com o crédito agrícola. Nessas áreas, os trabalhadores terão que se territorializarem. Segundo Haesbaert (2004, p. 280) *significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento.*

As discussões promovidas por Haesbaert (2006, p. 93) não se limitaram apenas às relações simplistas, mas vão além da própria concepção de poder político.

Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política.

Haesbaert pensa o território a partir da concepção de espaço como um híbrido entre a sociedade e a natureza, entre a política, a economia, a cultura e entre a materialidade e a idealidade, em uma complexa intenção tempo-espaço levando em consideração a dimensão simbólica e material de natureza predominantemente econômica e política.

Essa dimensão simbólica, a esfera jurídico-política e as relações do poder econômico estão intimamente relacionadas na construção dos assentamentos, afinal de contas, verifica-se uma delimitação de uma área que se institucionaliza politicamente.

Para Saquet (2004), o território são relações sociais, significando também materialidade das formas espaciais e dos processos sociais de dominação e controle passando pelos fluxos, conexão e enraizamentos em que as formas de poder estão imbricadas com as formas espaciais.

Com a institucionalização política de uma determinada área e a colocação de famílias nestas áreas, fica claro o processo de desterritorialização de uma estrutura que poderia estar ligada à concentração fundiária, o que torna fácil essa visualização.

No Maranhão houve, na maioria dos assentamentos, um processo de regularização fundiária, em que as famílias já estavam nas áreas, alvo das desapropriações, e que historicamente já tinham uma relação com a terra, seja produtiva e/ou cultural.

Nesse caso, já se poderia afirmar que se teria um território mesmo sem a criação do assentamento, na medida em que se tem uma área que está ocupada por povoados com famílias que já apresentavam relações de parentesco e produziam uma agricultura com técnicas tradicionais?

Outro questionamento seria referente à situação em que os assentados estariam no seu lote, mas arrendando a área para os usineiros, para plantação de cana-de-açúcar. Nesse caso, houve desterritorialização de uma forma de produzir relacionada à concentração fundiária, mesmo com a produção de um produto ligado aos grandes complexos agroindustriais?

No primeiro caso, as dimensões culturais e econômicas são de extrema importância para a compreensão desse questionamento. No segundo caso, as dimensões econômicas e políticas podem colaborar no entendimento dessa situação.

Ao logo do texto, enfatizar-se-á todo esse processo, levando em consideração os elementos constituintes do território, segundo Saquet (2006, p. 161), que são:

Identidade (entendida como referência, enraizamento, ligação, afetividade, materialização, efetivação, lugar); relações de poder, dominação e subordinação; redes de circulação e comunicação, visíveis e invisíveis, materiais e imateriais, infra-estruturais e abstratas, movimento.

Nesse momento é importante entender que se estabeleceu no início da década de 1980 uma relação entre uma instituição federal (INCRA) e os trabalhadores rurais assentados desconsiderando a instituição municipal, no caso a prefeitura, que culminou no olhar dos prefeitos municipais para os assentamentos como um território federal. Esse olhar significava creditar ao governo federal todos os instrumentos necessários, através dos créditos para a infra-estrutura social (habilitação, poço artesiano, postos de saúde e escolas) e infra-estruturas produtivas (estradas, eletrificação de miniusinas e armazéns) nos assentamentos rurais.

Vale ressaltar, então, que os estudos dos impactos regionais dos assentamentos rurais implicam necessariamente em compreender as articulações políticas nas diferentes escalas que contribuíram para o fortalecimento das atividades sociais, culturais, simbólicas e produtivas que passaram a gerar além de trabalho, satisfação pessoal e renda que proporcionou avanços na melhoria da qualidade de vida econômica local e regional, ou seja, a escala dos impactos vai ser definida pela territorialização das relações de poder e definições de projetos que levem à viabilidade técnica, econômica, social, cultural e ambiental para manutenção dos trabalhadores rurais nos assentamentos.

### **A territorialização dos assentamentos rurais no Maranhão**

Dando continuidade às reflexões, considera-se de suma importância destacar que a questão agrária faz-se presente nos dias atuais e os embates estabelecidos fazem parte do processo que leva a novas relações sejam econômicas, sejam políticas e/ou ambientais. E é nesse ambiente de conflitualidade que podem surgir novos processos

produtivos com estruturas agrícolas diferentes da existente, que estavam ligadas à concentração fundiária e levar para outro processo comprometido com o pensar a sustentabilidade do assentamento a partir da visão agroecológica e de uma economia justa e solidária.

Esse novo processo levaria a uma forma de relação do homem com a terra, surgindo um território de oportunidades e esperanças como aponta Moreira (2007, p. 5):

O “território de esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra pela luta de consolidação de diferentes formas de agricultura camponesa; [...] Na verdade, trata-se de um território novo baseado na utopia e na esperança, “Território de esperança”, “território de solidariedade” e também, parafraseando Félix Guatarri, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação e pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração”, gestado no semi-árido, desde o período colonial e que tinham como marcas maiores a concentração fundiária a subordinação do trabalho [...]. Território em movimento, vivo, e que experiência um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, cheio de contradições [...]

Levando em consideração essas novas articulações atreladas ao fato de que, com a criação do assentamento, as pessoas que já moravam nos povoados, alvos das áreas desapropriadas, não tiveram mais que pagar a renda para os que se diziam donos das terras e ainda tiveram a possibilidade de implantar projetos produtivos, através dos créditos repassados, assim, pode-se afirmar que esses fatores contribuíram significativamente para provocar mudanças na paisagem local.

De acordo com Medeiros (2004, p.17), recebem a denominação de assentados rurais diversos tipos de beneficiários: posseiros, filhos de produtores rurais pauperizados, parceiros em busca de terra própria, pequenos produtores atingidos pela construção de barragens, seringueiros, assalariados rurais, população de periferia urbana, aposentados, entre outras categorias.

Consequentemente há um aspecto econômico relevante para se reconhecer mediante também uma identificação cultural telúrica e haverá um processo de desenvolvimento sustentável nos assentamentos

Após a criação dos assentamentos, como ficou a dinâmica no processo produtivo? As famílias conseguiram estabilidade com a conquista da terra? As articulações políticas entre as esferas locais e regionais contribuíram para os avanços esperados no tocante às organizações sociais? O quadro de analfabetismo diminuiu rapidamente? As habitações representavam as aspirações dos trabalhadores rurais enquanto moradia? O acesso ao saneamento básico tornou-se uma realidade em todos os assentamentos?

Ao longo desses 20 anos, vários estudos vêm contribuindo para a compreensão desses questionamentos e estão sendo realizadas pesquisas sobre os impactos dos assentamentos rurais, sejam eles econômicos, políticos, sociais e ambientais, sempre buscando relacionar a dinâmica econômica de pequenas cidades com a criação dos assentamentos, as diversidades dos impactos locais e regionais, as estratégias de produção, comercialização, assistência técnica, emprego e renda das famílias assentadas. Como exemplo de trabalhos relacionados aos impactos locais e regionais, há as teses, dissertações e artigos orientados pela Professora. Dra. Rosângela Hespanhol, artigo e livros publicados por Sérgio Leite (2006), Sônia Bergamasco (2005) e outros. No que diz respeito à participação dos movimentos sociais e relações de trabalho no campo, há as teses e dissertações orientadas pelo professor Dr. Bernardo Mançano Fernandes e professor Dr. Antônio Thomaz Junior. Em relação à discussão sobre poder local e assentamentos rurais, artigos publicados por Luís Antonio Barone (2004).

No tocante aos projetos que analisam o processo produtivo, como a relação dos assentamentos com o agronegócio, os trabalhos, principalmente no Estado de São Paulo, dando ênfase à inserção da cana-de-açúcar nos lotes dos assentados, destacam-se os trabalhos de Sousa (2008).

Em relação às pesquisas que abordam a trajetória social, é importante evidenciar as pesquisas do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) em Araraquara, os trabalhos de Neves (2008); Bergamasco (2003); Castro (2008) e Menezes (2008) que organizaram estudos sobre a juventude, a questão de gênero, a segurança alimentar, o associativismo, o cooperativismo, a formação política, o histórico sobre a criação dos assentamentos, as relações existentes entre os assentados e os movimentos sociais e a educação no campo.

Verifica-se que toda problemática que envolve a dinâmica na criação e no desenvolvimento de políticas públicas nos assentamentos rurais tem despertado estudos, encontros, seminários, simpósios sobre a temática motivando um número cada vez maior de interessados pela busca de respostas que levem ao desenvolvimento rural e regional.

Esse interesse tem contribuído, em conjunto com as pressões dos movimentos sociais, para redirecionamento de políticas agrárias em relação ao surgimento de novas metodologias<sup>3</sup> para intervenções que levem à sustentabilidade das relações sociais e produtivas nos assentamentos como o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES).

Isso demonstra que não há um processo estático, tanto as entidades representativas dos trabalhadores quanto os movimentos sociais estão atentos e, em conjunto com as instituições governamentais, estão procurando alternativas, pois os problemas não acabam com a criação dos assentamentos, vão existir desdobramentos de intervenções sejam elas de instituições governamentais nas escalas local, estadual e/ou federal que precisarão ser compreendidas sobre vários aspectos.

Definir o tipo de intervenção terá que levar em conta diversos fatores como, por exemplo, o processo de localização do mercado e que tipo de estratégia vai ser montada para impedir as vendas dos lotes.

Esses problemas foram aparecendo à medida que começaram a surgir, no processo de produção, determinados gargalos como: o assentamento estava com 25 hectares de banana para serem colhidas e não tinha estrada da área de produção até o povoado para o escoamento do produto até o mercado mais próximo, submetendo os trabalhadores rurais a práticas de comercialização em que os custos se tornavam maiores que os benefícios.

Outro exemplo, agora ligado ao abandono do lote, pode ser citado através de um trabalho que foi realizado no Assentamento Brejo de São Félix no Município de Parnarama no Maranhão. O beneficiário do lote no assentamento perguntou quando o INCRA ia liberar os recursos dos créditos instalação, pois já estava há três anos na área sem condições de produzir, pois os solos já não respondiam à produtividade esperada com as técnicas (roça no toco) e instrumentos (enxada e facão) para os meios de

---

<sup>3</sup> A Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES foi criada em 2004 pelo INCRA/MDA através da norma de execução/INCRA/SD/Nº 39/2004 (INCRA).



produção utilizados. Caso demorasse mais seis meses, o mesmo não ficaria mais no lote com sua família.

Os desafios foram aparecendo e a necessidade de elaborar estudos sobre a dinâmica da formação e territorialização dos assentamentos foram cruciais para denunciar práticas abusivas em relação à má utilização na aplicação dos recursos como também para orientar novas práticas que deveriam ser aplicadas ao longo dos anos que sucederam à criação dos assentamentos e os conflitos gerados entre os trabalhadores, os técnicos das instituições envolvidas no processo de desapropriação e a criação do assentamento, como aponta Ferrante (2004, p. 26):

O assentado assim surge no primeiro momento como um produto direto da ação do estado, tendo sua identidade moldada por projetos que lhe são, muito, alheios. A resistência dos trabalhadores e sua família às imposições estatais constituem-se, portanto, numa pista importante na tentativa de constituição de uma identidade própria para esta nova categoria de trabalhadores. Suas estratégias frente às sempre muito ineficientes iniciativas oficiais compõem um quadro complexo de recuperação de traço camponês tradicional acrescido de inovações sociais e políticas que a trajetória de cada trabalhador, cada família ou grupo mais ou menos organizado vai desenhando no confronto com a realidade sempre muito difícil da vida num assentamento rural. Conflitos e cooperações se sucedem, transformando os assentamentos em verdadeiros laboratórios sociais, enquanto urge sua integração ao contexto regional.

Leite (2004) também fez referências às relações construídas posteriormente à criação dos assentamentos abordando os possíveis conflitos na imposição das formas associativas, nas formas de produção e escoamento dos produtos financiados, nas deficiências em relação à saúde, educação e transportes.

Esses estudos demonstram não ser possível dinamizar economias locais e provocar mudanças apenas com o acesso a terra, o que torna, no aspecto econômico, inviável a territorialização de uma nova forma de produzir.

Através de estudos comparativos entre as regiões brasileiras em relação à mudança social e dinâmica regional, Leite (2004, p. 40) fez a seguinte observação:

Para maior ou menor êxito na comercialização dos produtos oriundos do assentamento, além dos aspectos organizacionais e

das condições de infra-estrutura dos próprios projetos (vários deles com problemas de estradas de acesso, dificultando o escoamento da produção) o entorno é também relevante [...]

Essa afirmação ratifica a preocupação no que diz respeito às análises que devem ser feitas internamente levando em consideração a infra-estrutura social e produtiva e ao mesmo tempo não perder de vista a relação com os agentes externos que podem influenciar nos rumos políticos, sociais, econômicos e ambientais no assentamento.

Buscando relacionar e ao mesmo tempo evidenciar formas diferenciadas de acesso a terra e desdobramento pós-criação dos projetos de assentamentos, é que se apresentará uma visão geográfica da territorialização dos assentamentos rurais no Maranhão, afirmando, como dito em parágrafos anteriores, que, apesar do número de ocupações, o número de assentamentos criados é bem maior, o que reforça a tese de regularização fundiária.

Como em todo território nacional, no Maranhão, as pressões para uma política de reforma agrária também se deram pela articulação dos trabalhadores rurais, conforme aponta Lago (1998, p. 48):

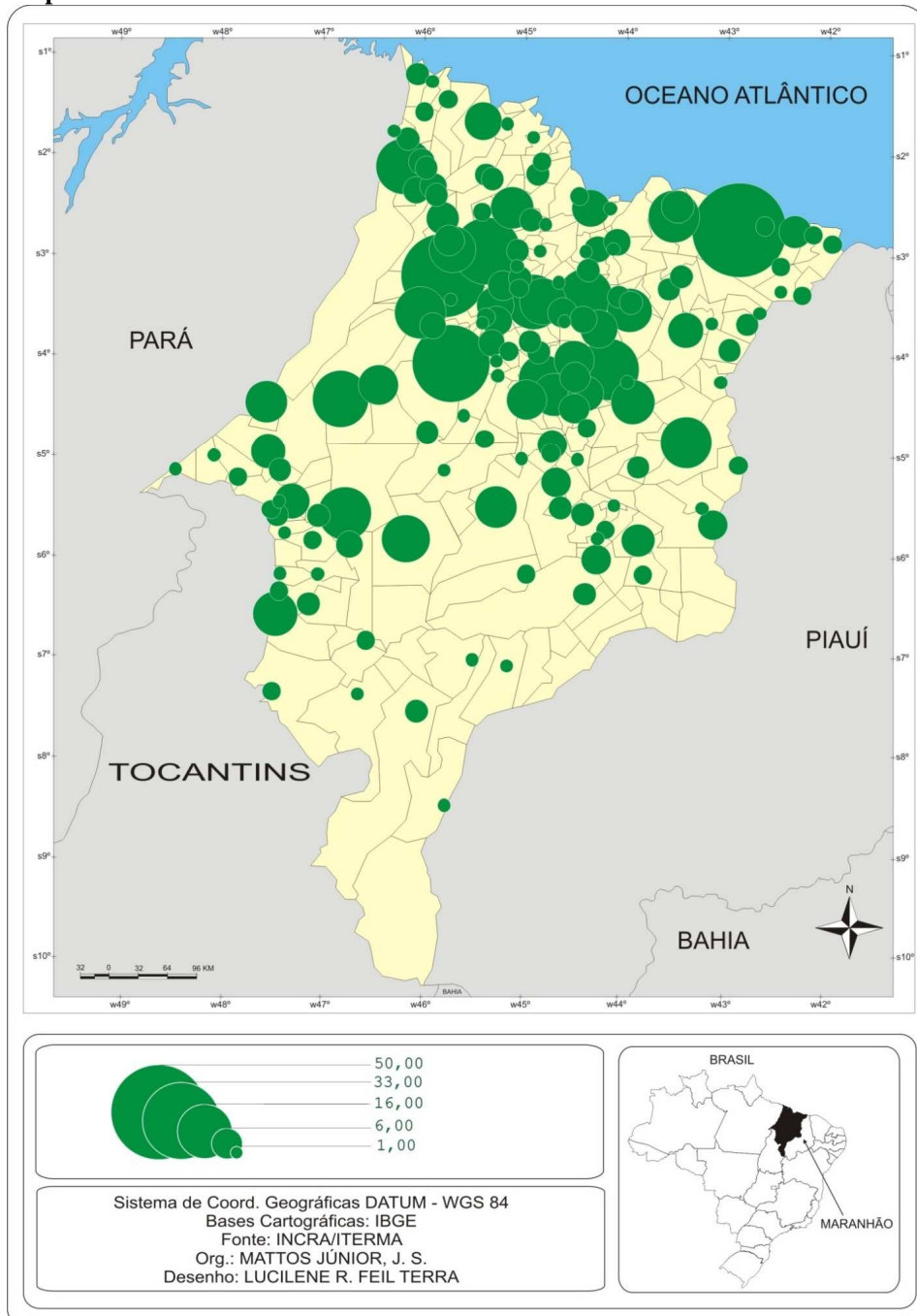
Os anos que antecederam a aprovação do I PNRA são marcados então pela crescente violência no meio rural (anos 70) e também pela mobilização dos trabalhadores rurais que agiam principalmente através das ocupações de terra (anos 80) sendo apoiados por vários setores da sociedade civil que se uniram na luta pela defesa do direito à posse e ao uso da terra.

Os conflitos foram intensos mesmo sem a divulgação nos meios de comunicação, a mídia retratava as invasões sem atacar as causas de tais problemas. As discussões ficavam restritas aos Cursos das Ciências Sociais das universidades, aos representantes dos sindicatos, à Comissão Pastoral da Terra (CPT), à Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAEMA) e aos partidos de oposição.

A partir do final da década de 1980, observa-se a intensificação no processo de desapropriação de áreas visando à criação de assentamentos rurais, levando a uma configuração em 2006 que demonstra claramente que na parte sul maranhense, onde se localiza as áreas de produção de soja e de uma possível expansão da cana-de-açúcar, há pouca incidência de assentamentos (Mapa 1), e essa territorialização dos assentamentos

no Maranhão será explicada mais adiante quando será apresentado um breve histórico de conflitos e a formação dos assentamentos rurais, dentro do processo de conflitualidade.

**Mapa 1 - Número de assentamentos rurais no Estado do Maranhão - 2006**



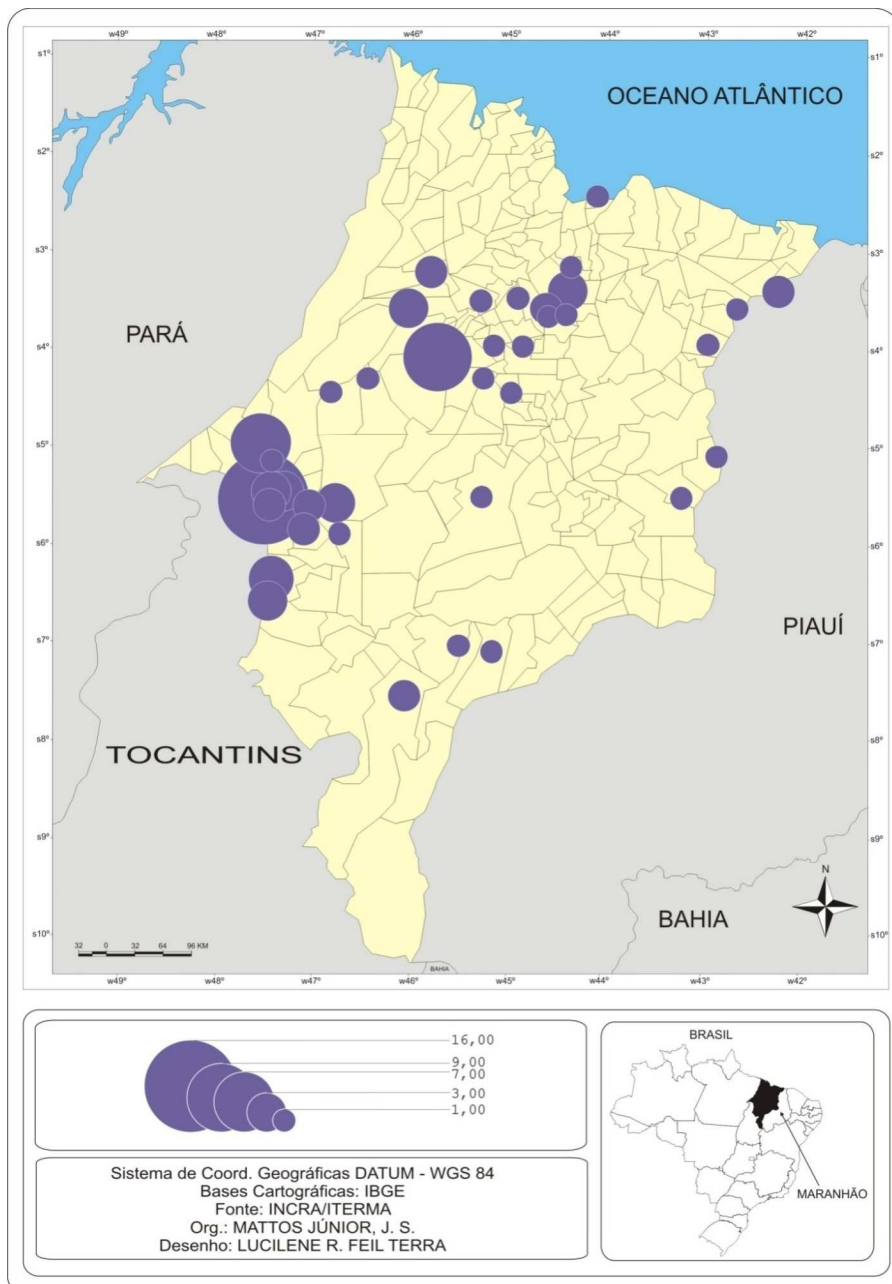
Verifica-se que as ocupações realizadas (Mapa 2) não coincidem com o número de assentamentos criados, chegando-se à conclusão de que, no Maranhão, houve um intenso processo de regularização fundiária, na medida em que as famílias já se encontravam ocupando a área, portanto, uma situação inversa do que acontece nas demais regiões do país em que o número de ocupações é muito maior do que a criação de assentamentos Segundo Carneiro (1996, p. 48):

[...] No Maranhão não houve o momento em que o Estado, após identificar e preparar áreas, tenha ali alocado, fixado, assentado trabalhadores. Os assentamentos são, muito ao contrário, resultado da ação das próprias famílias de posseiros, pequenos arrendatários, foreiros, que, em muitos casos, lutaram para permanecer na terra tendo, muitos deles, sido assassinados em decorrência dessa luta. A ação oficial ocorre a posteriori, assumindo caráter, no máximo, de regularização fundiária e nunca de reforma agrária [...]. Ao caracterizar esses segmentos que conquistam a terra como assentados, o Estado enfatiza a própria ação, muito embora possa estar completamente omissa, considerando-os como beneficiários, como parceleiros e não como ocupantes, ou seja, como objetos e não como sujeitos.

Diante do exposto, compreender as formas de acesso a terra no Maranhão passa pelo entendimento da ocupação do Estado e os intensos conflitos oriundos das políticas de governo, não sendo pretensão, neste trabalho, aprofundar uma discussão sobre as ocupações históricas retratando as frentes de expansão e pioneiras que ocorreram desde o processo de colonização portuguesa, mas é relevante salientar questões que culminaram com a criação desses assentamentos nos lugares de maior incidência de áreas já previamente ocupadas.

Moreira Lima Junior (1987) relata, em seu livro *A colonização de fronteira*, as várias frentes de ocupação do Estado do Maranhão, discutindo desde a colonização do Brasil, enfatizando as frentes oriundas provenientes do litoral e as demais da Região Nordeste, destacando os diversos produtos que contribuíram para o povoamento e, ao mesmo tempo, a concentração fundiária, abordando cronologicamente a organização do espaço maranhense nas direções norte-centro, sudeste-sudoeste e, posteriormente, de leste para oeste, obedecendo à implantação de infra-estrutura de comunicação em 1945 baseada na linha telegráfica e 1960 com a construção de rodovias.

**Mapa 2 - Número ocupações realizadas no Estado do Maranhão - 2006**



Pedrosa (1999) ratifica que, a partir da década de 1920, um novo contingente populacional oriundo da região nordeste contribuiu para o povoamento definitivo das chamadas *terras livres*, espalhando-se pelo sul e pelo oeste do Estado.

Lago (2000), por sua vez, relata, num primeiro momento, que a grande quantidade de terras no Estado contribuiu para o apossamento sem que os trabalhadores

rurais se preocupassem com a legalização, pois as mesmas eram consideradas livres. Em um segundo momento, aborda que, a partir das décadas de 30, 40 e 50, registram-se as ocupações das regiões de Itapecuru Mirim, Mearim e Pindaré através da pecuária e, num terceiro momento, com a intervenção do Governo do Estado destinando as terras livres para projetos de exploração agropecuária, agroindustrial, madeireiro e de mineração.

Canedo (1993) fez análise da ocupação, destacando também os projetos de colonização no Maranhão para aliviar as tensões sociais no campo e pode se observar que onde houve as colonizações dirigidas, mesmo assim, ao longo dos anos, houve estruturas deficitárias e projetos produtivos mal sucedidos. A incidência de ocupações nas áreas alvo dos antigos projetos de colonizações enuncia uma estrutura de área concentrada.

E para encerrar essa reflexão sobre os conflitos no campo, recorre-se a Almeida (1998, p. 100) que, ao desenvolver pesquisas sobre as indústrias de papel celulose no Maranhão, relata o aumento das tensões:

Há conflitos com pequenos produtores proprietários, localizados em áreas consideradas, pelos planejadores oficiais, como de “expansão dos projetos”. Tem sido apontadas evidências, sobretudo no Amapá, em Tartarugalzinho, de que estes produtores agrícolas estariam sendo compelidos a venderem suas terras a preço irrisório, temendo confronto de interesses. Episódios semelhantes **são registrados na região do Baixo Parnaíba (MA) e no Vale do Tocantins.** (grifo nosso).

O que se percebe é que há uma sobreposição de projetos que valorizaram a concentração fundiária em áreas já ocupadas por posseiros, contribuindo em determinadas momentos para a expulsão do homem do campo e em outros momentos se observando as resistências e conflitos coincidindo com as áreas de intensa ocupação.

O que se observa, atualmente, não é diferente do passado recente e a ausência do Estado leva a uma insegurança para a sociedade no oeste maranhense diante dos conflitos que se manifestam principalmente no tocante à exploração da madeira, como relata Bombiere (2008, p.19):

Na realidade, essas regiões do Maranhão vivem numa situação de ausência do Estado de Direito. O Estado parece estar presente só através da sua forma repressiva e cobradora. Através da

polícia militar que se alia aos comerciantes mais influentes do município e só deles recebem ordens: do executivo municipal, refém dos poucos recursos advindos dos repasses constitucionais vítima de sua incompetência administrativa de sua ganância senil sem limites; do judiciário paralisado e de mãos atadas por quem lhe paga aluguel, água e contas de energia.

Desta forma, não se pode perder de vista que essas resistências e conquistas dependeram do poder de organização e mobilização dos trabalhadores rurais, através dos seus sindicatos, da CPT e mais recentemente dos movimentos sociais, como exemplo o MST, que foram relevantes para intensificação das ocupações.

O que se observou foi uma intensa cobrança pela legalização ou regularização que culmina posteriormente com uma intervenção estatal desordenada que coloca em xeque o que se poderia denominar de avanços em relação a projetos de colonizações realizados anteriormente.

Pedrosa (1999, p. 17), concordando com Carneiro, relata dessa forma a ação oficial:

[...] a intervenção do Inca não possibilita o acesso do camponês à terra, mas apenas, de forma geral, regulariza uma situação de posse preexistente. Isso não quer dizer que não existam absolutamente no Estado as ocupações recentes, organizadas por grupos de efetivamente “sem-terras”.

O que vai se percebendo é uma intensa contradição e um contínuo processo de instabilidade na articulação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, consolidando uma permanência no processo produtivo.

A espera pela desapropriação e insegurança estabelecida na medida em que levou a um fortalecimento nas organizações para uma cobrança política, para agilizarem as ações, levou a uma demora no acesso aos créditos, culminando com a baixa rentabilidade das culturas produzidas.

Isso evidentemente leva a mais conflitos, pois está em jogo à sobrevivência do trabalhador rural e de sua família e as fragilidades institucionais vão sendo expostas e o resultado destas fragilidades, que estão intimamente ligadas ao processo burocrático das instituições públicas, contribuiu para que fossem implementadas apenas ações pontuais.

Onde os conflitos manifestaram-se com maior intensidade devido à expulsão de trabalhadores, aos assassinatos, ao pagamento de renda e às invasões do

gado sobre as lavouras dos trabalhadores, verificou-se um maior número de assentamentos rurais criados e conseqüentemente, maiores número de famílias assentadas.

A Microrregião do Médio Mearim enquadra-se entre as que mais tiveram assentamentos criados de 1986 a 1990, representando 25% do total de famílias em uma área de 34.249,65 hectares, representando 6,54% da área no total de 14 assentamentos criados. Em seguida vem a Microrregião da Baixada Maranhense com 20% do total de famílias em uma área de 114.787 hectares, representando 24,26% da área em 11 assentamentos, oriundos, principalmente, de desapropriações devido aos intensos conflitos e luta pelo reconhecimento da posse da terra, envolvendo trabalhadores rurais e grandes proprietários criadores de gado bovino.

Verifica-se entre 1990 e 1995 que a maior concentração de assentamentos localiza-se na Microrregião Baixada Maranhense, Médio Mearim e Pindaré, com aproximadamente 25% do total de famílias assentadas em uma área de 244.808,98 hectares, representando aproximadamente 40% do total de áreas em 54 projetos, resultado de intensos conflitos e ocupações da década de 1980 (CANEDO, 1993).

No momento dos acirramentos dos conflitos não se tinha uma precisão do número exato de famílias em áreas de conflito, porém havia a certeza de que o processo histórico de ocupação do Maranhão contribuiu, significativamente, para agravar as tensões sociais no campo.

Essas ocupações com posteriores desapropriações e criação dos assentamentos refletiriam, por parte dos trabalhadores rurais, dos movimentos sociais e da CPT, na única forma de se chamar a atenção do Estado que já sinalizava em outra direção que era a implantação de grandes projetos agropecuários e extrativistas.

Diante da conjuntura que se apresentou na década de 1980, não se pode negar que a inclusão dos diversos tipos de beneficiários foi uma vitória dos movimentos sociais, no entanto essa luta, como nas demais regiões do País, não termina com a criação. Como já foi citado, as condições de acesso e infra-estrutura deixavam a desejar e poderiam reproduzir situações de risco para as famílias bem como passar uma idéia para a sociedade em geral que a Reforma Agrária não traria benefícios para o desenvolvimento regional.

A partir do I Censo da Reforma Agrária promovido pelo Governo federal para se verificar a real situação dos assentamentos, Carneiro (1998, p.61) concluiu:



[...] nos PA's que analisamos, é que os esforços reformistas até agora realizados, por variadas circunstâncias apresentadas, além de serem limitados para enfrentar a dimensão da demanda pela reforma agrária, correm o risco, por conta de erros de concepção e de execução, de produzir justamente o contrário de sua resposta: a reprodução do minifundismo, de precarização nas relações de trabalho e de insuficiência no acesso a padrões mínimos de sobrevivência por parte dos camponeses no estado do Maranhão.

Como se observa no estudo de Carneiro, no Maranhão, as condições de acessibilidade dentro dos assentamentos são precárias e se imagina que as condições de infra-estrutura em determinadas cidades do interior maranhense são deficientes no que diz respeito à educação, saúde e saneamento básico. Isso piora um pouco nas áreas dos assentamentos rurais, sejam eles localizados na mesorregião oeste, norte, sul, leste ou centro maranhense.

Além da peculiaridade de se ter um processo de regularização fundiária, existe outra característica que é apresentar dentro de uma mesma área desapropriada mais de um povoado rural. Alguns povoados às margens das rodovias outros bem distantes e com difícil acesso, alguns assentamentos possuem um número de famílias maior que outros, alguns contam com energia elétrica e outros não, alguns com organizações associativas organizadas e outros estão tentando criar formas de organizações sejam cooperativas ou associação de trabalhadores rurais.

O que se pode também encontrar são assentamentos rurais com povoados pertencentes a municípios diferentes, sem que as próprias famílias saibam a quem reivindicar melhorias nas estradas de acesso e saneamento básico.

O que se verificou também foi que a própria inexperiência dos técnicos do INCRA e a falta de recursos para a demanda existente contribuíram para a inclusão indiscriminada dentro do projeto de assentamento de diversos povoados que se encontravam dentro de uma mesma fazenda.

Os próprios técnicos reconhecem que a criação desses assentamentos não contou com um estudo mais detalhado sobre as condições sociais, culturais e ambientais, sendo o apoio à produção a mola propulsora para o desenvolvimento dos assentamentos.

Também são encontrados assentamentos fruto de áreas que foram arrecadadas, doadas, transferidas, no entanto um número maior de áreas desapropriadas

correspondendo a mais de 50% de todas as áreas transformadas em assentamentos ratifica que o Maranhão, historicamente, sempre teve um grau elevado de concentração fundiária.

Em relação à organização do território do assentamento, vários trabalhos desenvolvidos vêm apontando para uma série de problemas ligados ao escoamento da produção, acesso aos créditos instalação (fomento, habitação e alimentação), lentidão na liberação dos créditos agrícolas, falta de assistência técnica, saída dos filhos dos trabalhadores rurais para o corte de cana-de-açúcar bem como para algumas experiências exitosas que, apesar de serem poucas, demonstram que o processo de desenvolvimento passa necessariamente pelo processo de organização das famílias assentadas.

No tocante ao escoamento da produção, tratar-se-á de alguns elementos que teoricamente não deveriam ser um entrave para o incremento da renda do trabalhador rural, mas que dificultaram no início e continuam dificultando atualmente.

Destaca-se primeiramente a falta de estradas da área de produção ao povoado e do próprio povoado para as feiras e/ou supermercados, pois predominam as estradas precárias as quais no período de chuvas freqüentes não propiciam o escoamento da produção.

Outro elemento de destaque são os instrumentos e as técnicas utilizadas. Fica muito difícil alcançar uma boa produtividade e inserção da produção do trabalhador na economia local com técnicas que não vão ajudar a superar os desgastes do solo e alcançar a produtividade esperada, bem como, sem conhecimento técnico suficiente para a utilização de equipamentos, encontrar-se-ão situações iguais ao Assentamento Monte Cristo em que o kit de irrigação estava servindo como cerca. Aliada ao processo de má utilização dos equipamentos está à falta de assistência técnica que, no Estado do Maranhão, foi desarticulada no início da década de 1990, indo na contramão do processo e assessoramento de trabalhadores que estavam iniciando outro processo agora ligado a linhas de financiamentos bancários.

Observou-se uma crescente demanda pela assistência técnica, devido ao crescente número de assentamentos que eram criados e, ao mesmo tempo, o esfacelamento da (EMATER) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMAPA). Essa desarticulação da Assistência Técnica pode ter contribuído para os insucessos dos

projetos financiados pelo PROCERA<sup>4</sup> em vários assentamentos rurais no Maranhão. Os principais problemas apontados foram na seleção para aquisição de animais, mudas selecionadas e equipamentos.

No que diz respeito à aquisição de animais, um dos principais problemas apontados pelos trabalhadores era a compra de gado bovino dos fazendeiros da região do assentamento que não correspondia no peso e nas condições sanitárias ao valor pago pelos trabalhadores.

Com relação aos créditos instalação<sup>5</sup>, os principais problemas estão na entrega das casas, pois em determinados povoados as empresas contratadas não terminaram de construir e os recursos disponibilizados já tinham acabado, deixando uma parcela de assentados sem acesso à habitação e, em outros casos, a entrega da casa se fez dezoito anos após a criação dos assentamentos e com material de baixa qualidade levando a problemas na sua estrutura

Já em relação à saída dos filhos dos trabalhadores rurais dos assentamentos, verifica-se que esse deslocamento é uma constante, levando a uma preocupação em relação às estratégias de incremento de renda, porém as condições de vida nos assentamentos levam os pais a incentivarem seus filhos a saírem para o corte da cana-açúcar nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás.

Só no povoado Picos I estavam saindo, em março de 2008, 35 jovens com média de idade de 25 anos para o corte da cana nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo e a garantia de carteira assinada, seguro desemprego e Fundo de Garantia por Tempo e Serviço (FGTS) contribuem para se ter o apoio familiar para as saídas.

Constata-se que, nas áreas de assentamentos criados através da regularização fundiária, onde as famílias se encontram estabelecidas e os beneficiários dos lotes já trabalham na agricultura, pode haver um movimento migratório para trabalhar temporariamente nos grandes centros como estratégia de manutenção da sua família no campo. Isso demonstra mais que uma relação econômica com a terra, verifica-se, nesses casos, uma relação simbólica.

---

<sup>4</sup> Para operacionalização do PROCERA era necessário um projeto técnico elaborado por uma empresa de assistência técnica pública ou privada sem ônus para o assentado, que teria a competência de observar o potencial da área, formular o projeto de forma participativa e prestar orientação técnica aos assentados e suas organizações associativas (Lago, 1998).

<sup>5</sup> O crédito instalação é destinado por associação e em cada povoado há uma associação de trabalhadores rurais assentados dentro do Assentamento e dependendo do monitoramento dos associados às empresas contratadas, por associação, pode executar o trabalho seguindo o projeto original.

Fazendo um contraponto e chamando a atenção para as experiências que levam a refletir sobre o assentamento enquanto território de esperança, segundo MOREIRA (2007), evidencia-se o caso do Projeto de Assentamento Conceição Rosa, no município de Itapecuru Mirim, no qual os trabalhadores, com apoio da Universidade Estadual do Maranhão, estão desenvolvendo uma agricultura com base agroecológica. Pode-se destacar também a organização de trabalhadoras rurais no Projeto de Assentamento Palmeiral/Vietnã no município de Esperantinópolis com experiências em projetos agroextrativistas (SILVA, 1998).

Outra experiência, não menos importante, mas que se dá num assentamento cujos lotes foi adquirido por meio de compra pelos pequenos produtores, é a do Assentamento Cinturão Verde, no município de São Luís, que produz hortaliças e já comercializa com grandes supermercados.

Sobrepondo os dados sobre a área plantada de mandioca e arroz<sup>6</sup> no período de 1990 a 2000, divulgados pelo IBGE, sobre os dados de criação de assentamentos, divulgado pelo INCRA, nesse mesmo período, observa-se um incremento da área plantada de mandioca em torno de 165 %, um acréscimo na área plantada de arroz em torno de 82%, na microrregião de Pindaré .

O que se está querendo relacionar é o fato de coincidentemente ter um incremento no número de área plantada com o crescimento de projetos de assentamentos e pela disponibilidade do PROCERA que entre os anos de 1994 a 1996 liberou um montante de R\$ 32.371.466,95 (trinta e dois milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos), sendo que as Microrregiões de Pindaré, Médio Mearim e Alto Mearim/Grajaú são as três contempladas com maior quantidade de recursos no ano de 1995 e Pindaré, Gurupi e Alto Mearim/Grajaú são as três beneficiadas com maior quantidade de recursos no ano de 1996, segundo Lago (2000).

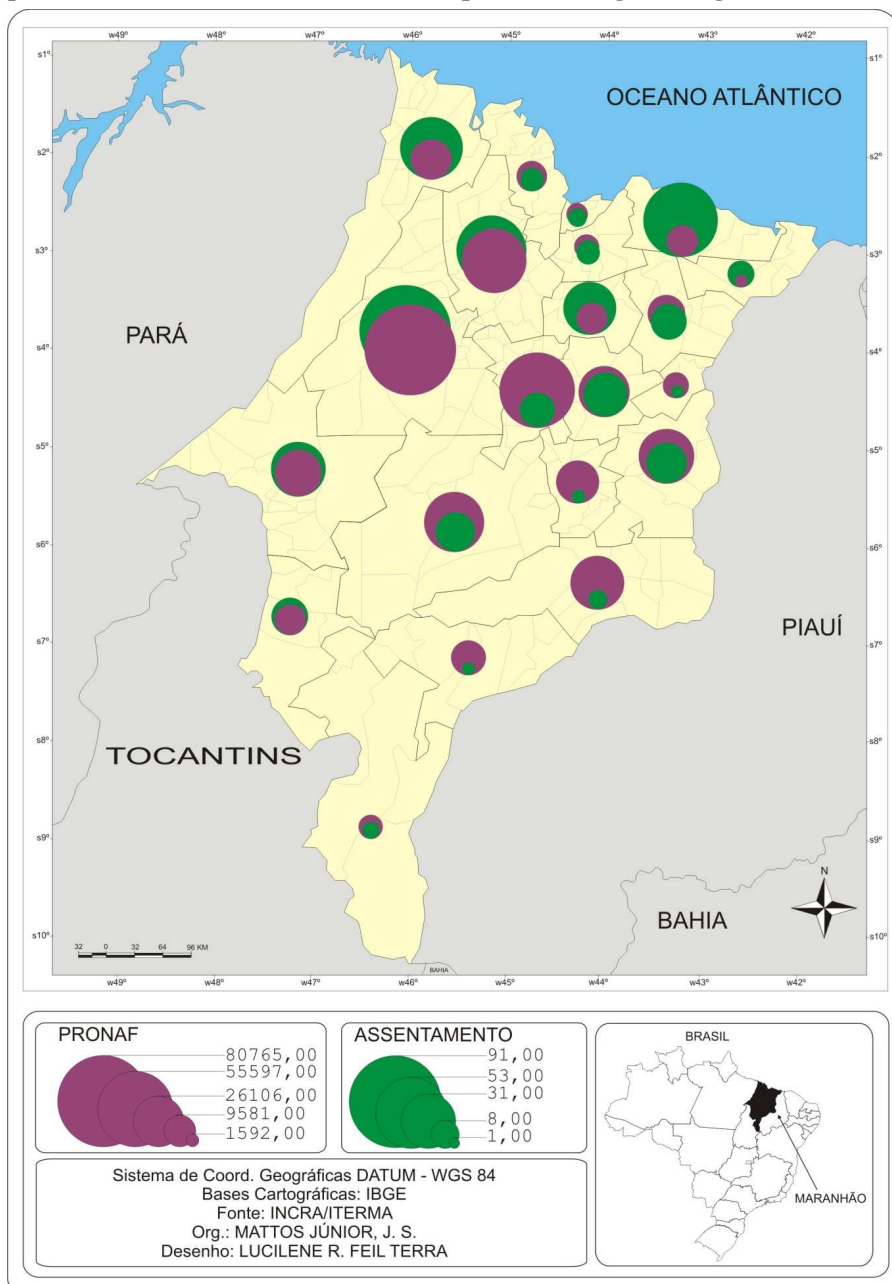
Ao se relacionar os recursos disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar com a criação de assentamentos, percebe-se que de 1998 a 2006 o montante de financiamentos vai se sobrepôr em áreas de maior concentração de assentamentos destacando-se o período de 2005/2006 (Mapa 3).

---

<sup>6</sup> É importante frisar que, nos assentamentos, cada família teria um lote de 10 hectares para produção de agricultura alimentar, onde plantava principalmente arroz, mandioca e feijão e outra área menor dentro das áreas denominadas de coletivas para a produção de culturas comerciais como abacaxi, cana e banana.

Observa-se, nesse período, um acréscimo de contratos e um dos fatores que pode ter contribuído para essa evolução foi a implantação, por parte do Governo federal, do programa de ATES. Correlacionando esses dados do número de contratos com a área plantada de arroz e mandioca por microrregiões, verifica-se que houve um acréscimo de área plantada entre 2000 e 2006 nas Microrregiões de Itapecuru Mirim, com um acréscimo de 55%, Pindaré, com um incremento de 24%, e a Baixada Maranhense, com 17,60%.

**Mapa 3 - Relação entre Assentamentos criados e créditos concedidos pelo PRONAF no Estado do Maranhão por Microrregião Geográfica - 2006**



Verifica-se uma retomada de investimentos e uma possibilidade de incremento de produção nos anos posteriores, mesmo com a redução na área dos estabelecimentos agropecuários.

Percebe-se que, mesmo havendo uma redução nas áreas dos estabelecimentos, houve uma evolução no número de famílias assentadas de 1986 a 2006 e o município que se destacou foi Santa Luzia com 6.300 famílias assentadas, contribuindo para um total de 23.777 famílias assentadas na Microrregião de Pindaré, evidenciando o oeste maranhense como a mesorregião onde mais se assentou famílias nesse intervalo de tempo.

Percebe-se toda uma dinâmica territorial que vai se iniciando timidamente na década de 1980 nas mesorregiões do centro e do oeste maranhense e, ao longo dos anos, de forma desordenada, dependendo das intensificações dos conflitos, como já tinha evidenciado Carneiro (1998), vai se espalhando por todo Estado, exigindo das instituições governamentais mais infra-estrutura, crédito e assistência técnica.

Carneiro (2008), ao analisar os dados de variação do número de produtores familiares, verifica que, na Microrregião de Pindaré, houve uma redução de 48% no número de agricultores familiares, 3% nos Lençóis Maranhenses e Médio Mearim e em relação aos estabelecimentos agropecuários do Estado uma perda total de 240 mil estabelecimentos no período compreendido de 1996 a 2006.

Diante do exposto, verifica-se que a quantidade de famílias assentadas e o aumento da área plantada não traduzem, necessariamente, produção e produtividade se a lógica produtiva da roça no toco continua sendo utilizada em solos que não refletem a aptidão agrícola desejada, com alto índice de desgaste e se a infra-estrutura existente continuar trazendo mais custos do que benefícios para o trabalhador rural.

As técnicas tradicionais utilizadas atualmente pelos pequenos produtores são resultados do processo histórico de concentração da própria modernização que se deu entre produtores e também entre regiões (HESPANHOL, 2007)

Ao se analisarem cronologicamente os estudos realizados por Lima Junior (1987), Pedrosa (1998) e Carneiro (1998 e 2008), constata-se que a realidade rural maranhense, no que diz respeito ao processo produtivo relacionada à agricultura familiar, não mudou. Lima Junior (1987) já apontava para os equívocos no planejamento referentes aos impactos ambientais e Carneiro (2008) continua

evidenciando a falta de um zoneamento agroecológico como um dos fatores que entravam o desenvolvimento da agricultura familiar.

Ao longo desses 20 anos, observam-se avanços e recuos, principalmente em relação ao processo produtivo, todavia percebe-se que a tendência de avanço, no que diz respeito ao reconhecimento da importância da agricultura familiar, dependerá exclusivamente de políticas públicas de desenvolvimento regional que possam também refletir os interesses dos trabalhadores rurais.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, considera-se relevante aprofundar a discussão sobre as experiências na formação e dinâmica dos assentamentos rurais para se compreender as relações interna e externa e, baseada na reflexão sobre o histórico de criação dos assentamentos, responder vários questionamentos que já foram realizados no que tange a pensar, primeiro, que já havia um território previamente definido e a regularização fundiária apenas homologou uma situação, segundo, não houve uma desterritorialização de um processo histórico de expropriação na medida em que as famílias já se encontravam desenvolvendo atividades, não se tratando de uma agricultura de larga escala ligada ao processo agroexportador e, terceiro, as análises não terminam com a formação, elas continuaram para evidenciar as novas articulações que foram efetivadas e que incidirão nos desdobramentos das propostas realizadas entre os assentados e as instituições governamentais e não governamentais, que na análise vão ser de fundamental importância para a identificação das discontinuidades, sejam elas no acesso ao crédito, sejam elas na assistência técnica, sejam elas na mobilização para cobrar institucionalmente o INCRA para melhorias na infra-estrutura, cobrar das Secretarias de Agriculturas dos Estados e Municípios apoio para o processo produtivo, na elaboração de propostas técnicas, no fornecimento de mudas, sementes e às vezes implementos agrícolas para a preparação da área para o cultivo dos seus produtos.

### **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Indústria de papel e celulose na Amazônia: crise de mercado, questões trabalhistas, impactos ambientais e conflitos fundiários. In: BERGAMASCHI, Pe. Cláudio. **O Maranhão em rota de colisão: experiências**

camponesas versus políticas governamentais. Cadernos Tempos Novos. São Luís: CPT, 1998. p. 95-102.

BARONE, L. A. ; FERRANTE, Vera L S B . Assentamentos rurais na agenda política do desenvolvimento local: a retórica e a prática. Interações - **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande - MS, v. n. 9, 2004.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais**: organização social, trabalho e política. 1. ed. São Paulo: Terceira Margem, v. 1 2003, 191 p.

BERGAMASCO, S. M. P. P. ; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta . A qualidade dos assentamentos da reforma agrária: a polêmica que nunca saiu de cena- debatendo o livro a qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. In: Caio Galvão de França; Gerd Sparovek. (Org.). **Assentamentos em debate**. 1 ed. Brasília: MDA/NEAD, 2005, v. único, p. 75-88.

BOMBIERI, Cláudio. Violência sem fronteiras na Pré-amazônia indígena maranhense: uma análise. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL **Boletim de conjuntura**, Regional NE 5, p. 27-32, março/2008.

CANEDO, Eneida Vieira da Silva Ostria. **Organização do espaço agrário maranhense até os anos 80**: a distribuição da terra e atividades agrícolas. São Luís: Nortedul, 1993.

CARNEIRO, Marcelo S. A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões sobre a agricultura familiar. In: **Boletim de conjuntura**, março/2008.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio et al. A reforma da miséria e a miséria da reforma: notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão. In: BERGAMASCHI, Pe. Cláudio. **O Maranhão em rota de colisão**: experiências camponesas versus políticas governamentais. Caderno Tempos Novos, São Luís: CPT, 1998. p. 35-66.

CASTRO, Elisa Guaraná. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. (Orgs). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Regional NE, n. 5. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 18-32.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA**, n. 6, 2005

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Reforma agrária e dezoito anos de assentamentos rurais: diferentes dimensões desta difícil maioridade. In: **Retratos de Assentamentos**, n. 9, p. 11-60, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

LAGO, Maria Regina Teixeira. **Assentamentos rurais no Maranhão e Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária**: uma leitura dos números do PROCERAMA nos anos de 1994-1999. 2000. 82 f. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2000.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da Reforma Agrária no Brasil. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 9, n. 9, p 144-158, jul.- dez. 2006

MEDEIROS, Leonilde Servola de; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

MENEZES, Marilda A. Juventude e educação em assentamentos do Brejo Paraibano. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta et al. (Orgs.). **Reforma agrária e**



**desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008.

MOREIRA, Emilia. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 10, n. 10, p. 72-93, jan.-jun. 2007.

NEVES, Delma Peçanha. Assentamento rural: confluência de formas de inversão social. In: **Estudos Sociais e Agricultura**, n.13, out. 1999.

\_\_\_\_\_. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: Vera Lucia Silveira Botta Ferrante; Dulce Consuelo Andreatta Whitaker. (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. São Paulo: Uniara, 2008, v. 1, p. 172-219.

PEDROSA, Luís Antônio Câmara. **A luta pela terra no Maranhão**. São Luís: UFMA/MPP, 1999.

SAQUET, Marcos Aurélio.. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo:** relações e contradições entre o urbano e rural. São Paulo: Expressão popular, 2006. p.157-186.

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: 2 ed., Unicamp, 1998.